

EUGÉNIA RODRIGUES

**OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS
E O ASSOCIATIVISMO AMBIENTALISTA
EM PORTUGAL**

**Setembro de 1995
Oficina nº 60**

EUGÉNIA RODRIGUES

**OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS
E O ASSOCIATIVISMO AMBIENTALISTA
EM PORTUGAL**

nº 60
Setembro 1995

Oficina do CES
Centro de Estudos Sociais
Coimbra

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087, 3000 Coimbra

Eugénia Rodrigues^(*)

Os Novos Movimentos Sociais e o Associativismo Ambientalista em Portugal^()**

O presente texto inspira-se teoricamente na problemática dos Novos Movimentos Sociais (NMSs), e em termos empíricos procura abordar o movimento associativo das Associações de Defesa do Ambiente (ADAs), na sua história e na sua situação actual, em Portugal. Refiro-me, em primeiro lugar, às principais linhas do debate teórico em torno deste tema e de seguida centrar-me-ei na situação portuguesa, começando por fazer um breve balanço histórico das diferentes "temporalidades" que detectei na incursão pelo ambientalismo português. Finalmente, apresentam-se os primeiros resultados de um inquérito aplicado às (ADAs) em Portugal.

Foi a partir dos movimentos juvenis e estudantis dos anos 60 — experiências em boa medida condensadas e radicalizadas no Maio de 68 —, que se tornou claro estarmos perante um novo fenómeno em termos de intervenção pública. A contestação continuou ao longo dos anos 70, ajudada pela crise das economias ocidentais, pelo espectro da guerra nuclear, pelo avolumar das agressões ambientais, pela discriminação da mulher, etc., e os Novos Movimentos Sociais impuseram-se sob as formas do "pacifismo", da "ecologia", do "feminismo" e de outros tipos de participação "alternativa". Com a sua intervenção, a ordem política

^(*) Socióloga. Bolseira da JNICT no CES.

^(**) Este *paper* constitui uma apresentação parcelar dos resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do seminário de investigação em Sociologia Política, orientado pelo Prof. Boaventura de Sousa Santos. Além do esforço de síntese, optei por deixar de fora alguns dos aspectos focados nesse trabalho, nomeadamente as questões que se ligam com a temática do Estado.

democrática passou a ser confrontada a partir de dentro e pressionada no sentido da abertura do processo político em direcção aos cidadãos. As tácticas não convencionais, a estrutura organizativa flexível e as formas de decisão participativas e descentralizadas ajudaram a imprimir na cena política alterações fundamentais, chamando atenção para o tema da "cidadania" e questionando tanto os anteriores equilíbrios institucionais como alguns dos temas sagrados do marxismo clássico. Tratou-se de um alargamento das "fronteiras da política", não só com a entrada em cena dos novos temas em debate, mas também através dos mecanismos de diálogo e negociação que os diferentes grupos obrigaram a criar inserindo-se, assim, nas estruturas de intermediação de interesses (Dalton *et al*, 1984).

A dicotomia entre Estado e Sociedade Civil, bem como a própria distinção entre as esferas política e não-política passam a constituir campos entre os quais é cada vez mais difícil estabelecer fronteiras. Para alguns, tratou-se mesmo de uma viragem paradigmática que permitiu tanto o surgimento de novos instrumentos analíticos no campo científico como a abertura de fissuras irreversíveis no terreno social e político conduzindo a um novo modelo de regulação, "pós-fordista" ou de "capitalismo desorganizado" (Offe, 1985).

Parece, portanto, haver um reconhecimento geral de que os NMSs personificaram importantes rupturas — políticas, sociais e culturais — no contexto das sociedades democráticas mais avançadas ao mesmo tempo que introduziam, no campo das ciências sociais, novas temáticas, novas perspectivas de análise e novas linhas de reflexão teórica.

As primeiras tentativas de análise dos NMSs, de inspiração funcionalista, utilizaram a teoria da "privação relativa" para explicar os protestos colectivos dos estudantes. Neste caso, defendiam, as expectativas elevadas, por exemplo, em termos de saídas profissionais, ao serem confrontadas com uma realidade de ausência de oportunidades no mercado de trabalho, geram a contestação e a

violência (Gurr, 1970). No entanto, apesar de os NMSs terem encontrado bastante apoio no sector dos desempregados, nomeadamente na Europa, esta teoria não explica, por exemplo, o facto de a base social de apoio dos NMSs não ser encabeçada pelos mais carenciados e excluídos da sociedade mas, principalmente, pelas novas classes médias urbanas (Gurney & Tierney, 1982). A orientação neo-funcionalista (Smelser, 1962) afirma que a emergência dos NMSs se explica no quadro da ordem social previamente existente e o comportamento colectivo é, acima de tudo, encarado como uma reacção à força dos valores dominantes, isto é, uma "contra-cultura", inelutavelmente sujeita às determinantes do sistema social no seu conjunto e acabando por conduzir a adaptações, mais ou menos instáveis, "ao serviço das elites modernizadoras " (Eder, 1993: 107).

Numa perspectiva semelhante situam-se as correntes da "escolha racional", segundo as quais as movimentações colectivas são o resultado de estratégias previamente delineadas pelos indivíduos, mediante um cálculo pessoal de perdas e ganhos em face dos seus interesses particulares (Olson, 1965). Esta simplificação serve, antes de mais, para salientar as deficiências desta perspectiva de inspiração liberal na abordagem dos NMSs uma vez que, na concepção de racionalidade utilizada, se referem principalmente as recompensas de tipo material, deixando de lado, por exemplo, a noção de altruísmo, como ganho social. Além disso, os movimentos sociais são, em grande medida, orientados para bens colectivos (a qualidade do ambiente, a defesa dos direitos humanos ou a elevação do estatuto da mulher), o que contraria a lógica dos interesses particulares. Para os participantes nos NMSs torna-se difícil, senão impossível, identificar ganhos imediatos, enquanto os custos pessoais resultantes do seu empenhamento são certamente mais visíveis (Dalton e Kuechler, 1990: 8).

No quadro da "teoria da mobilização de recursos", é decisivo o papel das estruturas organizacionais na mobilização da acção política. Sendo o conflito e a insatisfação inerentes a toda a sociedade, a formação dos movimentos sociais não

está dependente desse tipo de factores mas, sobretudo, dos recursos materiais e humanos indispensáveis para canalizar o descontentamento e a prossecução de objectivos colectivos. Neste caso, o planeamento estratégico e racional combina-se com a mobilização dos actores colectivos na base das relações de solidariedade e somente concebendo a articulação entre essas diferentes componentes — de que é exemplo a pesquisa conduzida por Charles Tilly (1975) —, é possível compreender a emergência de diferentes períodos de protesto ou de aceitação colectiva ao longo do processo de industrialização/urbanização das sociedades ocidentais. Estes autores chamaram a atenção para as lutas pelo poder entre grupos bem definidos, para as mudanças estruturais e para os seus efeitos sobre a vida quotidiana das populações no realinhamento das contradições e lutas sociais (Tilly, Tilly & Tilly, 1975: 7). Mais recentemente, outros autores subscrevem esta linha de abordagem acrescentando-lhe a influência crescente dos *mass-media* como factor de emergência de novas formas de mobilização e organização em substituição das tradicionais modalidades das sociedades industriais da primeira metade do século (Cohen & Arato, 1994: 500). Fica, porém, por superar a principal limitação que lhes é apontada: a secundarização das dimensões política e ideológica das organizações (Dalton & Kuechler, 1990: 9).

Os debates mais recentes em torno da compreensão sociológica dos NMSs revelam uma maior preocupação com o significado político, social e cultural da contestação colectiva. Os movimentos transportam projectos políticos e actores colectivos capazes de desempenhar mudanças históricas significativas. Se, para Touraine os NMSs são criadores potenciais de novos interesses e identidades (1981; 1983), para Habermas (1987) é importante reflectir sobre o "significado civilizacional" dos movimentos contemporâneos. Enquanto as correntes americanas dedicam maior atenção aos objectivos estratégicos e racionais, os autores europeus tendem a afastar-se dessa concepção instrumental e interrogam-se sobre como os NMSs produzem novas identidades históricas no âmbito do

sistema social. Com diferentes nuances, as questões ligadas ao simbólico e ao cultural estão no centro dos debates mais recentes na Europa, e vão desde os aspectos ligados à formação das identidades (Touraine e Melucci) às temáticas da comunicação e da praxis cognitiva (Habermas; Eyerman).

Melucci procura demarcar-se de autores como Touraine e Habermas quando estes se centram no nível macro das sociedades para analisar os efeitos dos movimentos sociais na sua transformação; opõe-se, por outro lado, à perspectiva da mobilização de recursos porque esta, além de se centrar no nível micro (das organizações), tende a reduzir toda a acção colectiva à dimensão política. Para este autor, os sistemas de informação desempenham nas sociedades actuais um papel decisivo, ao contribuírem para deslocar os conflitos do sistema económico para o sistema simbólico e cultural. O "movimento social" é entendido como "uma forma de acção colectiva (a) baseada na solidariedade, (b) transportando um conflito, (c) rompendo os limites do sistema no qual a acção ocorre" (Melucci, 1985: 795).

Eyerman e Jamison (1991) propõem, por seu turno, a "análise cognitiva" para o estudo da formação das identidades, partindo do pressuposto de que a identidade não é algo suprimposto ao movimento e "desincorporada" dele mesmo (crítica dirigida a Touraine), antes se inscrevendo no próprio processo em que se envolve. Mais do que estudar os resultados da acção é importante captar o significado expressivo e simbólico dos movimentos sociais, não apenas pelo confronto dos poderes estabelecidos, mas também enquanto "força construtiva" e criadora de conhecimento novo a partir do qual são desenvolvidas novas perspectivas, não só em termos da *praxis* científica e ideológica, como no próprio conhecimento prático da vida quotidiana (Eyerman & Jamison, 1991: 48).

Os conflitos sociais de hoje não são apenas políticos, pois que enfrentam a lógica económica dominante assim como a produção e apropriação de recursos não só materiais como simbólicos, ou seja, as formas mais recentes de

contestação estão intimamente relacionadas com os problemas da massificação do consumo, em particular de bens culturais e simbólicos, o que alguns cientistas sociais vêm designando de esteticização do quotidiano (Featherstone, 1992) ou de consumo pós-materialista (Inglehart, 1990).

O fenómeno dos NMSs é, portanto, fruto das sociedades avançadas que, entre outras coisas, viveram nos anos cinquenta a ascensão do *Welfare State* em torno de princípios inspirados na protecção social, na afirmação do nacionalismo e na imposição de mecanismos normativos e de controlo. A integração das classes subordinadas fez-se, principalmente, através do consumo cuja contrapartida residiu na abdicação da luta pela "utopia" socialista por parte do movimento sindical e operário que, de forma crescente, começou a alinhar numa lógica de "concertação social" (Santos, 1990:153).

Situação completamente diferente foi a que se viveu em Portugal, onde o prolongamento excessivo do sistema autoritário salazarista se traduziu numa actuação repressiva, autoritária e por vezes paternalista, não obstante a débil tentativa de abertura ensaiada na fase marcelista. É precisamente devido a todo um conjunto de factores históricos — económicos, sociais e políticos — que colocam Portugal numa posição "subalterna" no quadro do sistema mundial e europeu, que poderá parecer questionável abordar os movimentos de contestação ou associativos, a partir da perspectiva de análise dos NMSs. Daí resultou, ao procurar abordar o ambientalismo português em termos de "movimento associativo", a seguinte perplexidade: se, por um lado, a experiência sociológica e política dos NMSs dos países do centro, bem como a acumulação do respectivo conhecimento teórico sobre o tema, se apresentam como referenciais incontornáveis, sabemos, por outro lado, que o fenómeno que se pretende analisar em Portugal adquire características muito diversas e, sem dúvida, faz apelo a variáveis estruturais e históricas próprias.

A observação anterior autoriza a antecipação da seguinte ideia, sob a forma de hipótese genérica: por parte da base social de apoio, a fragilidade dos movimentos de contestação deve-se ao reduzido peso das novas classes médias, e, conseqüentemente, ao facto de as populações (rurais) apenas se mobilizarem quando os seus interesses materiais e imediatos estão ameaçados; por parte do movimento associativo, detecta-se quer a presença excessiva da politização no período da sua emergência (traço que se liga à experiência de uma fase revolucionária que afirmou intensamente elementos discursivos e práticos de confluência entre "novos" e "velhos" movimentos), quer a incapacidade posterior das estruturas associativas coordenarem esforços organizativos e conjugarem o necessário pragmatismo com objectivos de mobilização política. De um excesso de politização passou-se rapidamente para uma recusa da politização. De sucessivas polémicas em busca do melhor modelo "alternativo" passou-se para uma tentativa de influenciar por dentro o aparelho de Estado, descurando a mobilização popular (talvez, devido às anteriores tentativas frustradas de mobilização, passou-se a apostar mais nas futuras gerações e menos nas actuais).

Perante isto, parece-me valer a pena apresentar o levantamento efectuado esperando que nas observações e no esforço interpretativo que se seguem, a matriz conceptual dos NMSs tenha contribuído para melhor visualizarmos o "retrato" que procurei construir do movimento ambientalista em Portugal, pelo menos em alguns dos seus principais contornos.

Análise do caso português: os tempos da defesa do ambiente

Em Portugal "a questão ecológica" só se afirmou como tema social e político no período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974. A institucionalização tardia do sistema democrático levou os nossos sociólogos a constatar que na sociedade portuguesa "os velhos movimentos sociais são novos e os NMSs, no sentido

político corrente, são muito fracos, e nalguns casos, mesmo inexistentes" (Santos, 1991:174).

Até 1974, as iniciativas que terão, de algum modo, influenciado a emergência dos temas do ambiente em Portugal foram pouco mais do que insignificantes, reduzindo-se a um ou outro protesto tímido e pontual e a algumas e esporádicas iniciativas individuais. Em termos associativos, a única organização fundada no período salazarista que ainda hoje ocupa um lugar de destaque no movimento associativo português é a Liga para a Protecção da Natureza (LPN). Fundada em 1948¹, como resposta às ameaças de destruição da Serra da Arrábida denunciadas pelo poeta Sebastião da Gama², a LPN foi a primeira associação ambientalista a ser criada em Portugal, sob a orientação de um pequeno grupo de professores — ligados à Faculdade de Ciências de Lisboa —, que lhe imprimiram uma orientação virada para a conservação da natureza.

A publicação, em 1970, dos "Cadernos do Século"³ coordenados por Afonso Cautela constitui uma iniciativa que merece registo pelo alerta que representou em termos públicos, e por constituir uma tentativa de alargamento do entendimento da ecologia, ao divulgá-la como ideia progressista e socialmente relevante (ultrapassando a visão de "conservação da natureza"). Alguns dos artigos aí publicados — considerados pelo seu autor muito radicais para a época — tinham

¹ Além desta existiam também no período anterior a 1974 outras organizações que de um modo directo ou indirecto estavam ligadas à preservação da natureza: a "Real Sociedade Arqueológica Lusitana" (fundada em 1849 em Santiago do Cacém); o "Real Instituto Arqueológico de Portugal" (1858, Lisboa); a "Sociedade Portuguesa de Espeleologia" (1948, Lisboa); o "Espeleo Clube de Torres Vedras" (1971); e a "Associação de Estudos do Alto Tejo" (1972, Vila Velha de Ródão).

² Isso mesmo nos é dito no editorial do seu boletim nº 14 que, a pretexto da comemoração do 25º aniversário da associação, traça brevemente o seu historial: "Dando eco a um grito de alarme lançado pelo poeta Sebastião da Gama a propósito da destruição do coberto vegetal da Serra da Arrábida, a que angustiosamente assistia, um grupo de entusiastas pela Protecção da Natureza, depois de cerca de quase um ano de reuniões preparatórias, criou em 1948 a Liga para a Protecção da Natureza(...)" (Boletim "Protecção da Natureza" nº 14, 1973).

³Era este o prefácio de Afonso Cautela no nº 1: "Se a biosfera se satura de venenos letais, se o meio ambiente se degrada e polui, se o *encombremment* ameaça sufocar, afogar e paralisar o homem, todos devem saber se ainda vão a tempo de emendar a civilização, de se defender e de preparar um mundo mais habitável aos que vierem" ("Expresso", 21/7/84).

títulos como "O Mundo Contra a Fome"; "Etapas para o Ano 2000"; "O Suicídio da Humanidade"; etc.. Temas nitidamente desenquadrados para os anos que então se viviam em Portugal e somente inteligíveis para um reduzido número de "visionários" que liam Pierre Albert, René Dumont, Michel Bosquet, ou Ivan Illich.

Quanto a situações de protesto popular, para além da conhecida intolerância de Salazar para com manifestações de descontentamento, estas apenas adquirem visibilidade social quando a "ameaça" incide directa e imediatamente sobre os recursos das populações ou sobre as suas vidas, pelo que detectar protestos desencadeados por agressões ambientais constitui uma tarefa praticamente infrutífera. Registem-se, ainda assim, os protestos dos agricultores do Baixo Vouga (Cacia), iniciados em finais dos anos 40, e dos habitantes de Pernes (povoação ribeirinha do Alviela), desde a década de 50, perante os efeitos destrutivos da Companhia Portuguesa de Celulose sobre as terras e arrozais, no primeiro caso, e a contaminação da água pelas fábricas de curtumes instaladas nas margens do Alviela, no segundo⁴.

1º Tempo — *A emergência da ecologia no contexto revolucionário do pós-25 de Abril (1974-75)*

É um tempo de germinação, coincidente com os movimentos populares do pós-25 de Abril, contexto que é necessário ter presente para compreendermos o discurso e a acção das primeiras organizações de defesa do ambiente. Situado no calor da luta política e ideológica de 1974/75, facilmente se compreende que, os principais temas que dividiam a sociedade portuguesa — o modelo socialista de sociedade, o entendimento e posicionamento acerca da luta de classes ou o

⁴ O Rio Alviela sofria as descargas diárias de mais de uma centena de fábricas, despejando no seu leito cerca de 1,5 toneladas de sulfuretos. A este propósito é ilustrativo da consciência social da época o exemplo de um indivíduo que, logo em 1957, tentou denunciar a situação realizando abaixo-assinados destinados a Salazar e se propunha transportar até Lisboa garrações de água contaminada do Alviela; o seu comportamento levou-o a ser considerado "louco", valendo-lhe a sua persistência e o agravamento rápido dos níveis de poluição do rio, para a recuperação do respeito local.

problema das tecnologias face à mudança em curso — não poderiam deixar de se repercutir na discussão que o ambiente começava a suscitar. A sua presença constante, em especial no seio de sectores mais críticos e "de esquerda", levou a ecologia, em particular na sua versão mais "social", a tomar posição face a temas tão debatidos: "(...) saberemos construir o socialismo sem poluição? Saberemos destruir o capitalismo, até ao nível ecológico, enterrando com ele as suas sequelas mais duradouras? (...) Porque, ao fim e ao cabo, do bairro de lata ao prédio de luxo, o que está em jogo é a forma como a luta de classes se insere na paisagem" (*Jornal Novo*, 31/7/75).

Dada a grande variedade de movimentos populares em marcha na sociedade, as organizações ecologistas que conseguiram alguma expressão social foram precisamente aquelas que não se limitaram a uma mera preocupação "conservacionista" em relação à natureza, mas antes orientaram a sua acção — e o seu discurso — para a causa social e política. É o caso da mais significativa associação ecologista deste período, o "Movimento Ecológico Português" (MEP), orientada para as "críticas ao industrialismo e à ideologia da sociedade de consumo"; para "a revolta contra os sistemas alienantes e dominadores"; para o combate à "proliferação incontrolável de poluentes e de resíduos industriais" etc., etc. (Manifesto do MEP, Lisboa, 27 de Julho de 1974). Minada por clivagens internas (no seu seio pontuavam correntes como os "macrobióticos", "antinuclearistas", "não-violentos", "vegetarianos", "conservacionistas"), e bloqueios organizativos (os órgãos de gestão nunca seriam eleitos, funcionando tão somente o Grupo Coordenador, estrutura de carácter provisório) esta organização não viria nunca a concretizar o desejo de abrir caminho à "grande frente" ecológica.

O ano de 1975, continuava, apesar destas contrariedades, pleno de actividade (em todos os campos e, portanto, também no da ecologia). Multiplicavam-se os debates, teorizava-se muito e escrevia-se velozmente.

Simplesmente, o desfasamento entre o voluntarismo e a criatividade de alguns (entre os quais Afonso Cautela) e a fraca adesão de muitos à mensagem ecologista (mais empenhados na luta pelo "pão, trabalho, habitação, saúde e educação") redundou no fracasso dos propósitos de mobilização popular e de afirmação de um campo de intervenção política e social dos ecologistas portugueses.

2º Tempo — *"Nuclear não, obrigado!" (1976-1983)*

Seria em torno da luta anti-nuclear que o mais forte protesto popular surgiria, após o rearranjo político-militar que teve lugar com o 25 de Novembro de 75. A inversão que a partir daí se verificou introduziu no espírito de muitos dos activistas e militantes mais empenhados na causa revolucionária, uma pesada sensação de descrença. Mas, ao longo dos anos de 76 e 77, ressurgiu alguma animação em torno da luta contra a central nuclear que, entretanto, o governo projectava instalar na povoação de Ferrel.

Na sequência de tal movimentação, foram particularmente activos o grupo "Viver é Preciso" (Porto e Lagos) e o jornal "Gazeta das Caldas" (Caldas da Rainha) que, em Julho de 76, divulgou o manifesto "Somos Todos Moradores de Ferrel". Os ambientalistas continuavam, porém, a revelar no seu discurso alguns aspectos do radicalismo político e ideológico que ainda dominava a sociedade portuguesa no seu conjunto. A "luta do povo de Ferrel" inseria-se, na opinião dos animadores do movimento — divulgada na folha "Pela Vida", criada em 1977—, no quadro da luta por uma "alternativa", que passaria pelo incremento da energia solar, enquanto "fonte não poluente, de possível utilização descentralizada e ao serviço de todos os homens" (*Pela Vida*, Novembro de 1977). O "programa ecológico", divulgado naquele jornal, pretendia, ao mesmo tempo, esclarecer o conceito de "ecologia", a fim de "evitar os choques entre os que estão a falar só da

defesa de espécies animais em vias de extinção e os que fazem uma leitura marxista-libertária da sociedade produtora de poluição, passando pelos que vêm a solução de todos os males numa medicina natural que vai até à abolição de vacinas". Porém, e ainda de acordo com aquele documento programático, os militantes ecologistas deveriam ser "necessariamente socialistas" pois, "se numa sociedade pró-socialista já é difícil a tomada de consciência ecológica ao escalão governamental, numa sociedade capitalista, mesmo que adaptada a uma social democracia de tipo mediterrânico, a sua concretização é praticamente inviável" (*Pela Vida*, Novembro de 1977).

Não obstante as dificuldades de entendimento entre os ecologistas portugueses, as tentativas de as superar levavam à realização periódica das chamadas "Coordenadoras Ecológicas Nacionais"⁵, fóruns de debate para promover a coordenação entre as associações, grupos ou militantes ecologistas existentes a nível nacional. Em 1978 (15 e 16 de Abril), realizava-se o quarto destes encontros, em Guimarães, sem resultados visíveis. Um insucesso que José Carlos Costa Marques, num texto publicado na revista "A Urtiga" (da qual era colaborador), atribuía à heterogeneidade das posições dos ecologistas, tidas como factor impeditivo de um entendimento mínimo e ao regresso da ditadura da ideia", o voltar ao de cima das "ideologias ou doutrinas que cada pessoa ou cada grupo pensa serem as melhores, as salvadoras, as correctas, as puras e duras." No entender daquele ecologista, o que mais fazia falta era um esforço para encontrar a "unidade na acção", algo totalmente diferente da "uniformidade de expressão", pois a unidade na acção deveria, assim, "partir da diversidade para chegar à diversidade, passando pela força de confluências decididas mas temporárias". A inoperacionalidade crónica de que padeciam os ambientalistas portugueses seria

⁵ Da documentação que consultei só foi possível obter informação da IV Coordenadora Ecológica Nacional, realizada em Abril de 1978. Das restantes, apenas poderemos supor que os objectivos se enquadravam num espírito geral de coordenação de um "movimento" ecológico a nível nacional.

frequentemente objecto de análise em vários artigos-apelos-propostas, sem que uma solução fosse encontrada.

Neste contexto notar-se-ia, na viragem da década de 70, a presença crescente das estruturas ligadas ao PCP, o que viria a constituir-se em novo factor de polémica no movimento associativo. O ano de 1979 representa, contudo, alguma renovação para os ambientalistas: a "Associação Portuguesa de Ecologistas/Amigos da Terra", nascia das cinzas do MEP para se instituir rapidamente na mais activa e representativa das associações existentes até princípios dos anos 80. Um dos seus dirigentes descreve, quinze anos passados, os Amigos da Terra como "(...) uma associação com gente muito nova, vagamente ligada à Associação dos Objectores de Consciência (...), com um ideal muito etéreo, eu diria que era um bocado aquela fase retardada dos *hippies*, das flores, do pacifismo, do *make love not war* à portuguesa e com dez anos de atraso" (Entrevista a A. Eloy, 8/6/94).

Outras organizações de menor impacto surgem neste período, entre as quais, a Associação de Defesa do Património de Sintra; o grupo "Terra Viva"; o Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro (NDMALO); e, em Setembro de 1982 altera-se levemente o panorama partidário com o aparecimento do partido "Os Verdes" (fonte de contestação pelo lado dos ecologistas por ser considerada uma antecipação comunista face à actualidade do tema).

Em termos de impacto público, as iniciativas organizadas centrar-se-iam em manifestações e protestos contra o "desarmamento", nas quais surgiam repetidamente (por exemplo, por ocasião da celebração do "Dia Mundial Antinuclear") clivagens a mostrar a presença das organizações pró-soviéticas que apenas contestavam o "imperialismo americano" e pretendiam esconder sob a figura da pomba branca a ameaça militar sediada no então bloco de Leste. Outras actividades merecem referência: Festival Pela Vida Contra o Nuclear, realizado em Ferrel com a presença de cerca de 2000 pessoas (Janeiro de 1978); alerta

lançado pelos presidentes de câmara de Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Sabugal e Pinhel (e também do autarca de Salamanca) contra os planos do governo espanhol de construção de centrais nucleares junto à fronteira portuguesa (Outubro de 1979); Festival da Primavera, no Parque Eduardo VII, em Lisboa (em Março de 1980 vindo a repetir-se nos anos seguintes); ocupação simbólica do jardim da Gulbenkian, no Dia Mundial Antinuclear, contra o projecto de construção das novas instalações (Maio de 1980); Marcha da Juventude para a Paz, em Lisboa (Dezembro de 1980); II Festival Ecológico, em Miranda do Douro (Agosto de 1982), um acontecimento que frustraria as expectativas de quem tinha presenciado o sucesso do festival de Ferrel.

3º Tempo — *Organização e pragmatismo (1984-1990)*

Muito embora neste período se tenham ainda feito sentir as preocupações com a luta pelo desarmamento é, na verdade, com a aproximação da segunda metade da década de 80 que começa a definir-se uma viragem do associativismo orientado para o problema ambiental. Apesar de não ser possível estabelecer uma data rigorosa para esta "viragem", começam a delinear-se atitudes e programas de intervenção da parte das associações que encaram a defesa do ambiente em moldes mais consequentes e pragmáticos, dando lugar a novos protagonismos, entre os quais se destacam os da Quercus, da LPN e do Geota.

Sensivelmente a partir de 1984, o ambientalismo de pendor "conservacionista" foi ganhando algum ascendente sobre as orientações conotadas com a "ecologia social" e as associações que mais claramente personificam essa linha começam a transmitir para o exterior uma imagem de maior pragmatismo, ao mesmo tempo que parecem privilegiar formas de intervenção mais institucionais. Tal tendência era favorecida pelo quadro legislativo e institucional que vinha, entretanto, a evoluir num clima de maior

abertura à negociação e ao diálogo com as estruturas associativas da "sociedade civil", na área do ambiente, em especial após a admissão de Portugal na Comunidade Europeia.

As clivagens ao nível associativo repetiam-se e agudizavam-se sempre que se colocava o problema da viabilidade ou não de um partido político ecologista. Como já referi, o grupo "Os Amigos da Terra" (herdeiro do MEP) assumia um papel importante no âmbito do movimento associativo. Foi esta associação a principal promotora, juntamente com o "Projecto Setúbal Verde", do I Encontro Nacional de Grupos Ecologistas, na Foz do Arelho, em Novembro de 1984 (de 22 a 25), programado para servir de experimentação ao segundo (II Encontro Nacional de Grupos Ecologistas) já marcado para Tróia (nos dias 8 a 10 de Março de 1985). Aqui foi debatido o documento intitulado "Os Princípios Mínimos para um Máximo Entendimento", a partir do qual dois campos contraditórios se demarcaram: um virado para a criação de uma federação nacional e outro para a criação de um partido político.

Com um cenário favorável a nível internacional (as iniciativas da ONU e das ONGs) e com as instituições formais (o Estado e os partidos políticos) a revelar uma maior abertura aos problemas ambientais, as ADAs que melhor souberam gerir o seu enquadramento e estabelecer as ligações adequadas estavam em condições de conquistar uma legitimidade institucional contrabalançando, assim, o reconhecimento e a adesão popular que continuavam a revelar-se muito fracos. Isto somado à influência dos *media* que, de forma crescente, exerciam pressão quer sobre as instituições quer no esclarecimento da opinião pública favoreceu a nova imagem que o "movimento" das ADAs começou a conquistar a partir de meados da década de 80.

Neste contexto, algumas das associações que começam a emergir com uma aura de maior seriedade e pragmatismo surgem, de algum modo, em ruptura com as posições mais ideológicas e radicais. Tal é o caso da Quercus, da LPN e do

Geota, hoje detentores de uma posição hegemónica no panorama do associativismo ecológico em Portugal.

Ainda antes do referido encontro de Tróia, uma nova associação aparecia: a Associação Nacional de Conservação da Natureza — Quercus, formalmente criada em 31 de Outubro de 1985. Os fundadores desta nova estrutura de ecologistas eram provenientes de três grupos, todos eles com preocupações fundamentalmente de carácter "conservacionista": o Centro Ecológico, de Lisboa; o Núcleo Português para o Estudo e Protecção da Vida Selvagem (NPEPVS), então sediado no Porto; e o Grupo de Estudos da Fauna e Flora do Alto Alentejo, com sede em Portalegre. Ao mesmo tempo, nesta conjuntura de reanimação das associações, movimentava-se o grupo Projecto Setúbal Verde, dirigido por Viriato Soromenho Marques, organização que viria, em finais de 1987, a integrar-se na Quercus.

Foi no processo de luta contra a "eucaliptização" que a Quercus adquiriu maior projecção pública, ao participar em iniciativas contra a acção das indústrias de celulose. A campanha contra a instalação da lixeira nuclear em Aldeadávilla (junto ao Douro, em Espanha) serviria para consolidar a posição de relevo no seio do movimento associativo e lançar as bases do reconhecimento público que actualmente detém.

Em finais dos anos 80 a LPN que, como referi , era tradicionalmente encarada como um grupo fechado onde pontuavam os professores universitários, procurou atenuar o seu carácter académico e abrir-se mais à intervenção social, no sentido de uma melhor conjugação entre a ciência (e a técnica que lhe é subjacente) e a sociedade. A ligação institucional com os novos departamentos europeus dedicados à defesa do ambiente e a participação em programas conjuntos relacionados com o EEB (*European Environmental Bureau*), vieram reforçar o prestígio e reconhecimento destas associações. No caso da LPN, a sua antiguidade e o forte peso da vertente científica nos seus desempenhos

favoreceram também a crescente dignificação da ecologia junto das instâncias governativas.

Quanto ao Geota, a sua afirmação neste período de revigoração da acção dos ecologistas portugueses está estreitamente ligada à crescente abertura das instituições do Estado. Esta associação é (pelo menos no contexto da sua criação) um produto da política do PSD e é a essa luz que deve entender-se o seu rápido reconhecimento institucional, visível no facto de dois dos ocupantes da Secretaria de Estado do Ambiente terem sido recrutados nos quadros desta associação (Carlos Pimenta e Macário Correia). A sua estreita vinculação com o poder viria a sofrer mais tarde alguma evolução, o que permitiu atenuar algumas das críticas e acusações de que os seus responsáveis foram alvo, na primeira fase. Para tal foram decisivas algumas iniciativas ao lado da Quercus, nomeadamente nas denúncias dos planos de eucaliptização, em 1988, e nas críticas à legislação existente sobre os estudos de impacto ambiental.

Entre estas grandes associações e a generalidade das ADAs parece desenhar-se um significativo fosso em termos das possibilidades de coordenação de movimentos, das competências e da visibilidade pública que alcançam. As primeiras desempenham um papel privilegiado na acção institucional junto dos órgãos governativos. As segundas vivem dispersas, na maior parte dos casos fragilizadas e, regra geral, pouco ligadas às populações.

Caracterização das ADAs em Portugal

Trata-se, neste último ponto, de apresentar e analisar os resultados do inquérito aplicado às Associações de Defesa do Ambiente existentes no país (em Fevereiro de 1994)⁶. A leitura é apresentada em três pontos que procuram

⁶ O inquérito foi aplicado a um universo de 140 associações, a totalidade das associações existentes nesta altura (não só as inscritas no IPAMB, mas ainda outras de que foi possível ter conhecimento por outras vias, embora não estando oficialmente registadas), das quais foram obtidas 73 respostas. Refira-se, no entanto que, dada a fluidez deste movimento associativo, não é possível estabelecer

sistematizar aspectos distintos, embora interligados: primeiro, a situação das associações no que se refere às suas práticas e objectivos; a seguir, a relação das associações com outras esferas das suas relações (o Estado, outras organizações, a população, etc.); e, finalmente, o campo propriamente das representações, ou seja, como as ADAs vêem os problemas do ambiente e como definem as suas expectativas de futuro face às populações, às instituições e ao Estado.

— *Situação e objectivos das ADAs*

Em primeiro lugar, as respostas ao inquérito permitem confirmar a grande germinação do associativismo ambientalista a partir de 1975. Com efeito, das associações actualmente existentes, 17% surgiram entre 1976-80, ou seja, o movimento ecologista começa a despertar quando os movimentos populares e revolucionários atingem o esgotamento. Porém, o *boom* de criação das ADAs situa-se mais tarde, na década de 80 — quando nasceram 72% das associações inquiridas; 55% surgiram depois de 1985 —, o que, como atrás referi, se liga à evolução das políticas estatais e ao seu enquadramento com as instituições internacionais, em particular a Comunidade Europeia e as Nações Unidas.

Quanto às razões que levaram à sua criação, 43% das ADAs são o resultado de "preocupações de âmbito geral", 29% surgem na sequência de relações de amizade e 24% indicam como a principal razão da sua fundação os "problemas locais". Existem ainda "outras situações" que motivaram os primeiros activistas a organizarem-se em associação: "resposta aos crimes de lesão do património de Coimbra, da região e do país" (Coimbra); "o resultado de um trabalho de estágio e de um curso sobre património" (Açores); "executar na prática o cuidado inerente à responsabilidade cristã pela natureza e alertar os outros cristãos para o mesmo" (Portimão); "um grupo de alunos da Escola Superior Agrária, juntou-se para

com rigor o nº real de associações existentes ("nascem" e "morrem" associações com grande frequência).

realizar o recenseamento da cegonha e outros projectos de temática ambiental" (Castelo Branco).

A dimensão das associações, em termos do número de filiados é, em geral, pequena: cerca de 20% das ADAs tem menos de 100 aderentes; 46% tem entre 100 e 300 membros; 17% entre 300 e 500; 15,5% entre 500 e 1500; e, de acordo com as respostas obtidas⁷, apenas uma associação revela uma verdadeira dimensão nacional, com mais de 1500 sócios (a Quercus)⁸.

Quadro 1 - Localização das ADAs por Regiões

Regiões	Distritos	Nº de ADAs	Total
Litoral (N e Centro)	Aveiro	4	26 (35,6%)
	Braga	3	
	Coimbra	3	
	Leiria	1	
	Porto	8	
	V. Castelo	7	
Interior (N e Centro)	Bragança	1	9 (12,3%)
	Castelo Branco	3	
	Guarda	2	
	Viseu	1	
	Vila Real	2	
Lisboa e V. Tejo	Lisboa	15	21 (28,8%)
	Santarém	6	
Sul	Beja	2	14 (19,1%)
	Évora	3	
	Portalegre	2	
	Setúbal	4	
	Faro	3	
Ilhas	Angra H., Horta, P. Delg.	3	3 (4,1%)
TOTAL		73	

(Fonte: Inquérito às ADAs)

⁷ Note-se que algumas associações não indicaram qualquer número de inscritos, mas sabe-se que existem pelo menos mais dois casos (a LPN e o Geota) cujo número de membros é igualmente superior a 1500.

⁸ Note-se, no entanto, que no caso da Quercus as respostas ao inquérito foram dadas a partir dos núcleos regionais (tomados como associações), embora se saiba que em termos de estrutura nacional esta associação tem 7000 sócios. Contudo — e sem esquecer o pouco rigor que estes dados oferecem (pois nem sempre as associações estão dotadas de registos actualizados) — é preciso mencionar que, como acontece na generalidade, apenas uma pequena percentagem dos sócios tem as quotas em dia. Na Quercus, segundo um dos seus dirigentes, assume-se que "objectivamente existem 5000 sócios, incluindo as camadas juvenis, estudantes, etc." e muitos dos inscritos, fazem-no no contexto de uma situação pontual de mobilização (uma sessão de esclarecimento, por exemplo), afastando-se pouco tempo depois, conforme admitiu o dirigente entrevistado (Entrevista a Armando de Carvalho, Coimbra, 10/1/94).

O Quadro 1 mostra-nos a distribuição geográfica das associações, a partir da qual é possível verificar como estas acompanham as regiões do país segundo a maior ou menor densidade populacional, isto é, confirma a relação entre industrialização, concentração populacional, urbanização e efeitos seus destrutivos sobre o equilíbrio ambiental.

No que respeita ao âmbito de actuação, as ADAs intervêm predominantemente ao nível "local" e "regional" (40% de casos) sendo apenas 21% as que referem que a sua esfera de actuação é de âmbito "nacional" o que não significa, todavia, que ignorem a realidade internacional, simplesmente a sua actuação directa está condicionada pela escassez de recursos. Em termos de intervenção por áreas de actividade, as ADAs decompõe-se em tipos ainda mais específicos: a defesa do património (41%); a intervenção cultural (28%); actividades desportivas (13%); e, recreativas (12%). Vale a pena dar conta de algumas iniciativas em que as associações se envolveram e que foram por elas consideradas como as mais importantes (tipologia construída a partir de uma pergunta aberta):

Quadro 2 - As principais iniciativas das ADAs

Acções de denúncia, divulgação e intervenção educativa	(43)
Realização de estudos, projectos e levantamentos	(39)
Preservação dos recursos naturais locais.....	(32)
Defesa das tradições culturais locais e património histórico	(21)
Jornadas e conferências.....	(19)
Encontros associativos.....	(9)
Campanhas de despoluição e limpeza.....	(8)

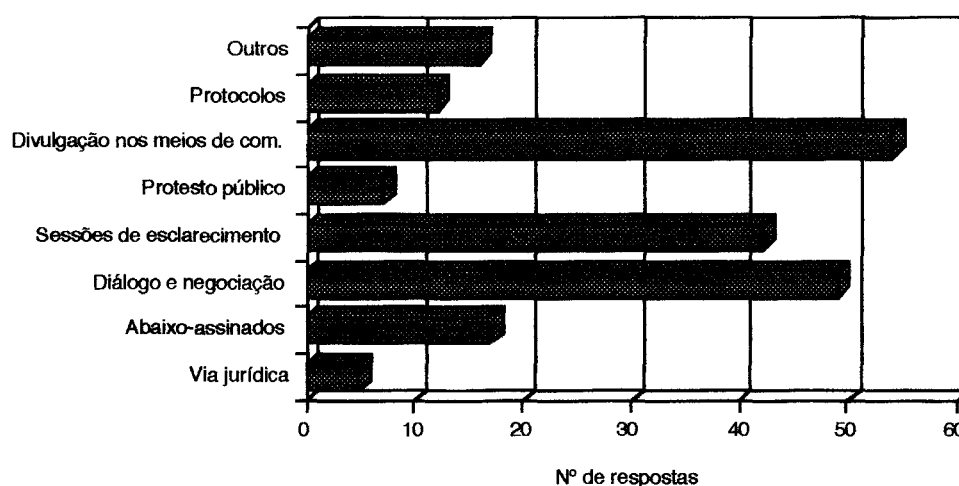
(Por ordem decrescente de citações. Fonte: Inquérito às ADAs)

Muito embora, como pode notar-se, as respostas não sejam mutuamente exclusivas, parece-me importante registar o relevo que as acções de denúncia e educação ocupam na actividade das associações, bem como a vertente dos estudos e levantamentos que, por sua vez, pode alertar para o facto de muita

dessa actividade ser subsidiada por projectos que são anualmente apresentados ao IPAMB⁹.

Para além das situações específicas que as ADAs assinalaram como as experiências mais importantes, é interessante referir as vias de acção privilegiadas na prática regular do seu funcionamento.

Gráfico 1 - Vias de acção privilegiadas pelas ADAs



Analisando o Gráfico 1, facilmente se conclui que a denúncia pública continua a ser usada como a principal forma de pressão mas, os dados indicam que, mais do que o protesto colectivo das populações (manifestações populares), o recurso aos meios de comunicação social é a via mais frequentemente assinalada (54 respostas, que correspondem a 27%). O diálogo e a negociação com os responsáveis surge a seguir como o caminho mais frequentemente seguido (com 49 respostas, correspondendo a 24% do total). As sessões de esclarecimento são também uma forma de acção bastante utilizada (com 42 respostas, ou seja, 21%), surgindo depois as vias menos utilizadas, como sejam

⁹ Instituto de Promoção Ambiental, estrutura do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, responsável pelo apoio financeiro, técnico e jurídico às ADAs.

(por ordem decrescente) abaixo assinados (8,4%), protocolos (6%), protesto público/manifestações (3,5%) e, finalmente, a via jurídica (apenas com 5 respostas, correspondendo a 2,5%).

O recurso aos tribunais não é, definitivamente, um meio de acção que se inscreva nas preferências das associações, em termos de meios de pressão. Esta observação é confirmada pela reduzida frequência de respostas afirmativas obtida quando se pergunta se a associação já participou numa acção judicial para julgar um atentado ao ambiente. Desta forma, do total de 73 ADAs que responderam ao inquérito, apenas 20 (27,2%) afirmam ter já alguma experiência neste tipo de acção. Destas, 11 participaram na qualidade de queixosa e 9 foram testemunhas em acções desencadeadas por entidades tão diversas como o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, a Direcção-Geral do Ambiente ou o Instituto Português do Património Cultural, ou até mesmo por pessoas a título individual, como aconteceu com um arqueólogo que apresentou queixa na sequência da destruição de uma estação arqueológica na zona de Silves, por um particular. Relativamente ao local de apresentação da queixa, é ao Ministério Público que se recorre maioritariamente (40% dos casos), enquanto os tribunais são o local preferido para 33% dos casos, o que coloca a Polícia e o Provedor de Justiça no último nível, ambos com 7%. Na categoria "outro" (13%) cabem entidades como a D.G.XI de Bruxelas, a Câmara Municipal ou até mesmo o Procurador Geral da República.

— Interacção entre as ADAs e outros Intervenientes

Vejamos agora quais são os principais interlocutores das associações, quer no que se refere à sua relação com as instituições e com o Estado, quer ainda nas estratégias desencadeadas em coordenação com outras entidades e com as populações.

No que respeita a acções conjugadas com outros actores, as ADAs rejeitam claramente estabelecer ligações com os partidos políticos (respondendo "Não" em 92% dos casos) e têm uma grande relutância em fazê-lo com os sindicatos (apenas 8,2% afirmam ter tido esse tipo de relação, contra os 87% que a não tiveram). As fontes de diálogo privilegiadas para desencadear iniciativas conjuntas são, claramente, as próprias ADAs, com 80% de respostas a confirmá-lo. A partir da pergunta aberta foi ainda possível verificar que as restantes instâncias de diálogo são, principalmente, escolas, juntas de freguesia, câmaras municipais, instituições e centros de investigação universitários, associações profissionais e desportivas.

Uma questão importante para a compreensão do funcionamento das ADAs consiste em saber quais as fontes de apoio material e financeiro que lhes permitem suportar despesas e viabilizar as actividades que fazem parte dos seus objectivos. As quotas aparecem como o principal apoio (26,7%), mas estas, além de corresponderem a montantes reduzidíssimos, têm um carácter irregular, o que se traduz na grande dependência face aos apoios estatais para a manutenção da associação que surge logo em segundo lugar (com 20,8%)¹⁰.

Vejamos agora alguns aspectos que nos poderão ajudar a entender o modo de relacionamento das ADAs com outros agentes com os quais, de uma forma ou de outra, as associações têm necessidade de se debater e sobre os quais tecem avaliações. Por aqui poderemos inferir um pouco das "classificações" que os

¹⁰Vejamos, a título ilustrativo, o caso de uma das "grandes" associações — a LPN (Liga para a Protecção da Natureza): com 6000 sócios inscritos, apenas cerca de 2500 tinham as quotas em dia no final de 1993. Se pensarmos só na manutenção da estrutura da associação, facilmente se conclui que outros recursos são vitais. Por isso esta associação não nega a possibilidade dos subsídios atribuídos pelo IPAMB, através da realização de projectos, nem os patrocínios de várias empresas através da inserção de publicidade na sua revista. Mas falamos aqui de uma associação de nível nacional, com meio século de existência e grande prestígio na sociedade em geral. Se o registo passar para uma associação de débeis estruturas locais e recursos humanos inexistentes, a precaridade e dependência estatal aumenta para um nível muitas vezes insustentável, sendo a consequência natural de todo o processo a morte da associação.

ecologistas vão estruturando acerca dos seus parceiros e adversários. A questão colocada remetia para a "última acção/iniciativa em que a associação esteve envolvida", pedindo-se aos inquiridos para indicar até duas dificuldades e dois incentivos encontrados.

Como se pode ver no Quadro 3, as dificuldades, ou seja, os obstáculos levantados às iniciativas provêm principalmente — e por ordem decrescente de importância — das autarquias, do Estado e das dificuldades de mobilização dos associados, surgindo a seguir os partidos políticos e as indústrias. Os incentivos obtidos, por outro lado, derivam em primeiro lugar dos apoios da população, da mobilização dos associados e, também aqui, das autarquias.

Quadro 3 - Dificuldades e Incentivos da última acção (%)

Entidades	Dificuldades	Incentivos
Indústria	11,4	1,9
Partidos	12,7	0,9
Estado	16,5	5,6
Autarquias	24	25
Governo	6,3	2,8
População	3,8	29,6
Mobiliz. dos Associados	13,9	23
Outros	11,4	11,2
TOTAL	100	100

(Fonte: Inquérito às ADAs)

Não deixa de ser curioso registar aqui a situação aparentemente "polémica" em que, a este propósito, se encontram as autarquias. Não deve, porém, fazer-se uma avaliação uniforme sobre esse assunto pois, como se sabe, as autarquias desenvolvem iniciativas e formas de intervenção muito variadas e são também politicamente muito heterogéneas. A sua sensibilidade aos problemas ambientais, segundo se pode inferir daqui, será igualmente muito diversificada e acresce ainda que as próprias ADAs têm desempenhos diferentes de caso para caso.

O Estado e os partidos políticos aparecem também como uma influência tendencialmente negativa, o que aponta, desde logo, para um entendimento contraditório do papel do Estado por parte das ADAs, principalmente se tivermos em conta a relação de dependência que com ele estabelecem .

Considerando os dados do Quadro 4, poderemos ficar com uma ideia da forma como as ADAs interpretam o grau de sensibilidade e de interesse estatal pelas questões do ambiente. Regista-se uma nítida influência dos períodos eleitorais nas orientações do Estado face ao ambiente, segundo as opiniões expressas. Este é, de facto, o único factor assinalado em que a graduação "muitíssima" parece corresponder a um sentimento partilhado pelas associações, porventura habituadas a que as acções governativas descurem as suas reivindicações até à fase que antecede os actos eleitorais.

Ainda no mesmo sentido, embora de forma menos nítida, vão os factores de influência relacionados com a contestação popular e com as pressões da Comunidade Europeia. Quanto às pressões da comunicação social e das próprias ADAs, as respostas situam-se, no primeiro caso, predominantemente nos graus "bastante" e "muito", enquanto a pressão das associações é considerada mais moderada nos seus efeitos, existindo quase um equilíbrio entre as tendências "pouca" e "muita", inclinando-se a maioria das respostas (42,5%) para a posição intermédia de "bastante".

Quadro 4 - Grau de influência de diferentes factores no interesse estatal pelo ambiente (%)

Factores de Infl.	Nenhuma	Pouca	Bastante	Muita	Muitíssima	Total
Períodos eleitorais	2,7	1,4	12,4	57,5	26	100
Constestação popular	4,2	16,4	39,7	37	2,7	100
Pressão da CE	11	5,5	39,7	38,3	5,5	100
Comunic. social	2,7	5,5	42,5	42,5	6,8	100
Pressão das ADAs	2,7	24,7	42,5	27,4	2,7	100

(Fonte: Inquérito às ADAs)

— *Representações e as Expectativas das ADAs*

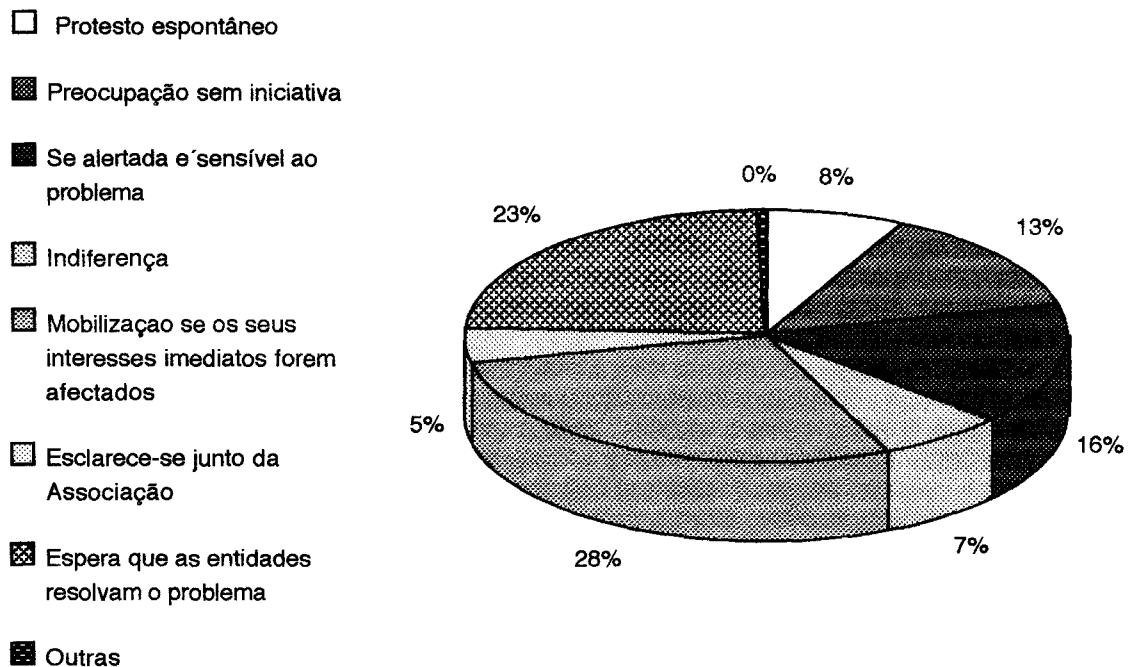
As associações não atribuem a si próprias uma grande eficácia nas pressões sobre o Estado, embora admitam alguma capacidade de influência. As opiniões mais positivas face a essa eficácia, caminham de par com as posições mais optimistas a respeito do papel das ADAs em geral. Socorrendo-me da escala de 0 (=muito negativo) a 10 (=muito positivo), foi possível verificar que a auto-avaliação das associações se situa maioritariamente no pólo positivo, ou seja, mais de 60% colocam a acção do movimento associativo nas graduações entre 6 e 10. Todavia, uma parte significativa (26%) são mais moderadas e vêm a sua prestação como sendo de nível médio (5) nos últimos anos.

Para que se possam apreciar melhor as representações das ADAs acerca de si próprias, faz sentido ligar este último aspecto à opinião que revelaram em relação aos problemas ambientais e às dificuldades com que se deparam. Todas as associações inquiridas afirmam que as ADAs se têm deparado com obstáculos de vária ordem. Da lista de dificuldades apresentada, sobressaem quatro que foram as mais repetidamente assinaladas: 1^a) desconhecimento das populações dos problemas ambientais (24%); 2^a) ausência de uma política de educação ambiental (21%); 3^a) falta de coordenação entre as ADAs (13%); e, 4^a) falta de apoio estatal (12%).

Como não podia deixar de ser, a participação das populações na resolução dos problemas ambientais é considerada como um factor fundamental, para que a actual "indiferença" possa ser invertida. Daí o investimento que é feito em termos de esclarecimento e da acção educativa junto das escolas, por exemplo.

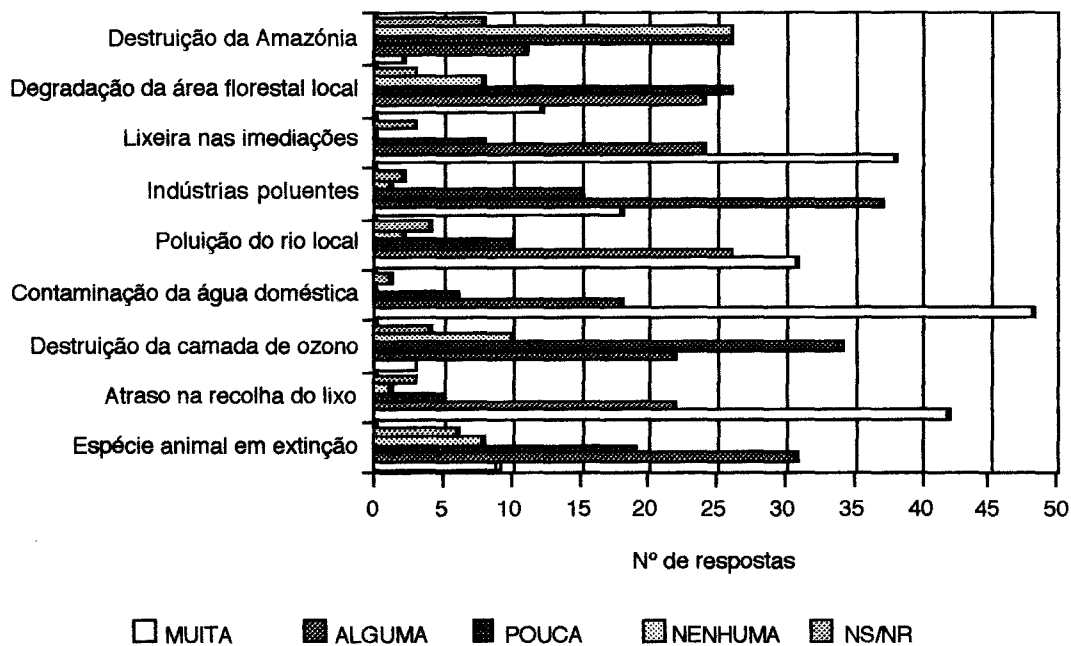
O Gráfico abaixo ajuda-nos a visualizar a importância que é atribuída à participação popular no âmbito da luta ecológica, bem como a forma que as atitudes populares adquirem.

Gráfico 3 - Atitudes da população face aos atentados ao ambiente, segundo as ADAs



Os resultados apontam para atitudes populares de relativa indiferença. Apenas em 8% dos casos o protesto espontâneo surge como possível reacção, enquanto para 28% das respostas a população só se mobiliza "se os seus interesses imediatos forem afectados"; ainda significativa é a tendência das populações para "esperar que as entidades resolvam o problema" (23%). O gráfico seguinte permite confirmar algumas destas atitudes da população (ainda segundo o ponto de vista dos dirigentes associativos), por via do grau de preocupação esperado face a diversos problemas ambientais.

Gráfico 4 - Grau de preocupação da população face a problemas ambientais gerais, segundo as ADAs



Parece poder inferir-se daqui que a máxima dos ecologistas "pensar globalmente, agir localmente" é negada pela população portuguesa simultaneamente em ambas as vertentes. Efectivamente, e em função da lista de problemas apresentada, não são muitas as situações em que se espera que as populações atribuam "muita" preocupação, a não ser nos casos que têm interferência directa na vida diária das populações (a contaminação da água canalizada; os atrasos na recolha do lixo doméstico; a existência de uma lixeira nas imediações; e, finalmente, a poluição do rio local). A destruição da camada de ozono ou da floresta amazónica são situações vistas como longínquas mas, mesmo problemas como a degradação da área florestal local, parecem relativamente afastados do campo de preocupações populares.

Vejamos ainda, para finalizar, como as organizações ambientalistas encaram alguns problemas que se ligam com as dimensões institucionais e sociais do ambiente. Observemos o grau de concordância com o conjunto das formulações gerais apresentadas:

Quadro 5 - Grau de concordância das ADAs face a problemas gerais

Afirmações	muita	alguma	pouca	nenhuma
1.Os probls. ambientais resultam da soc. capitalista	27,4	31,5	19,2	17,8
2.A questão ecol. é predom. um probl. técnico-científico	15,1	32,9	26	23,3
3.Qualquer modelo de soc. provoca probls. ambientais	32,9	50,7	6,8	6,8
4.A questão ecológica é predominantemente política	28,8	30,1	17,8	19,2
5.Sem a particip. das popul. as ADAs burocratizam-se	43,8	28,8	15	8,2
6.Pode-se salvar o ambiente e preserv. vantag. do desenv.	58,9	28,8	9,6	1,4
7.Sem apoio forte do Estado, não é poss. salvar o ambiente	58,9	30,1	8,2	2,7
8.A defesa do ambiente depende mais da vitalid. das ADAs do que da iniciativa das populações	34,2	34,2	23,2	5,5

(Fonte: Inquérito às ADAs)

Note-se, desde logo, a tendência geral para a concordância com a maior parte das afirmações apresentadas. A possibilidade de retirar daqui algumas conclusões só será possível se atendermos à distribuição relativa dos diferentes graus de concordância com as frases apresentadas mas, em qualquer caso, os ecologistas parecem hesitar nas suas avaliações. As questões onde mais claramente sobressai uma tendência para a adesão são, por um lado, a que aponta para a compatibilização entre a defesa do ambiente e o desenvolvimento económico e, por outro, a afirmação segundo a qual o apoio forte do Estado é decisivo para se salvar o ambiente.

Nesse sentido, é possível concluir daqui que os ecologistas dos anos 90 parecem cépticos em relação à eventualidade de qualquer modelo alternativo de sociedade poder resolver os problemas ambientais. Primeiro, eles dão indicações de que o ambiente pode preservar-se no quadro do capitalismo, pois o grau de

concordância com a afirmação nº 6 é bastante elevado e, depois, tendem também a concordar bastante com a ideia de que qualquer modelo de sociedade provoca problemas ambientais. Paralelamente, o pressuposto de que a degradação do ambiente é consequência do capitalismo revela igualmente uma tendência à concordância (com 59% das respostas a mostrar "muita" ou "alguma") mas as respostas que podem ser consideradas com valências negativas ("pouca" ou "nenhuma" concordância) somam um valor moderadamente elevado (37%). Ora, esses valores parecem indicar alguma "divisão" entre as representações dos ambientalistas a esse propósito.

O mesmo se pode afirmar a respeito das afirmações 2 e 4, ou seja, quanto a sabermos se a questão ecológica é predominantemente "técnico-científica" ou, pelo contrário, predominantemente "política". Se considerarmos apenas os dois extremos da escala de graduação, verifica-se que enquanto a tendência "tecnicista" é mais claramente rejeitada (pois a discordância é de 23,3% e a "muita" concordância é apenas de 15%), com a frase que indicia uma perspectiva mais "politizada" passa-se precisamente o contrário (com 29% a concordar "muito" e 19% a discordar). Quanto às questões que apontam para o papel das ADAs na sua relação com o Estado, a tendência é de concordância com a ideia de que "sem a participação das populações as ADAs burocratizam-se" e, simultaneamente, a crença de que "a defesa do ambiente depende mais da vitalidade das ADAs do que da iniciativa das populações".

Conclusão

O esboço apresentado pretende constituir um primeiro contributo para uma pesquisa que se deseja prosseguir. Mas, é desde já possível reter que o interesse em estudar a expressão portuguesa da acção de contestação em torno de um tema tão caro aos NMSs como a ecologia, vai muito para além da constatação de ser um movimento fraco, em termos de mobilização colectiva e de apoio de

massas. Como se viu na síntese histórica, a emergência do associativismo ecológico em Portugal revela a sua vinculação a algumas das bandeiras de luta típicas dos "velhos" movimentos, o que lhe conferiu uma forma particular pois, de certo, modo esteve com eles misturada e herdou-lhes alguns traços de doutrina e de métodos de actuação que se tornaram difíceis de expurgar.

Efectivamente, olhando para a sociedade portuguesa dos últimos vinte anos, em particular nos primeiros que se seguiram à instauração da democracia, poderíamos talvez aceitar que se deu como que um encurtamento ou compressão da história o que permitiu a confluência de ideologias e estratégias de acção que noutros países estiveram separadas por várias décadas. Parece-me ser também aí que residem alguns dos traços contraditórios e de maior complexidade e algumas características mais ambíguas da experiência dos ecologistas portugueses, isto é, o facto de a sociedade portuguesa possuir ao mesmo tempo traços de centralidade e de periferia, reflecte-se na maior fraqueza e timidez com que emergiram os (novos) movimentos ambientalistas. O seu carácter embrionário, disperso e de algum modo "paradoxal", pode ser visto como o resultado de uma experiência que os conduziu de um clima de hiperpolitização para uma lógica de pragmatismo quase tecnocrático, de recusa ostensiva com a acção política. Enquanto foram politicamente radicais não eram "novos" e quando conseguiram afirmar-se e ganhar força perderam a vontade da mudança política. Nesse sentido, pode dizer-se que o reconhecimento institucional substituiu a função de politização da sociedade civil — que se atribui aos NMSs —, ou, dito de outro modo, a legitimidade oficial sobrepôs-se a uma "legitimidade contestatária" que, até ao momento, não conseguiram ainda alcançar.

A esse tipo de aspectos liga-se ainda o facto de em Portugal o peso das classes médias ser ainda reduzido em comparação com as camadas populares — operariado e pequena burguesia rural — pouco escolarizadas e de rendimentos muito baixos, o que inevitavelmente coloca as aspirações materiais em primeiro

plano e inibe a adesão aos valores culturais e simbólicos que os NMSs tendenciamente transportam. Daí resulta, segundo creio, a maior dificuldade na ligação às populações. Acresce que as ADAs se orientam, na sua maioria, para um âmbito de actuação local, pelo que são obrigadas a lidar com sectores sociais distantes dos meios urbanos e escolarizados, a maior base de apoio dos NMSs. Todavia, de acordo com o que referi atrás, o mais importante não é saber se se trata ou não de um "novo" movimento, semelhante aos das sociedades centrais mas sim encontrar a melhor forma de os estudar e compreender no seu enquadramento societal mais geral. É nesse sentido que nos poderemos questionar quanto às virtualidades que a especificidade portuguesa neste domínio será capaz de viabilizar. Assim, por exemplo, os protestos que esporadica e espontaneamente surgem na sociedade mobilizando a totalidade da população local em torno de uma determinada ameaça imediata, poderá ser concebida como uma via a explorar para permitir uma maior interligação entre pequenos grupos organizados e as redes informais, um traço estrutural da sociedade civil portuguesa.

Referências bibliográficas

- Cohen, Jean & Arato, Andrew (1994) "Social Movements and Civil Society", *Civil Society and Political Theory*, London, MIT Press.
- Dalton, R., Scott, C. Flangan & Paul, A. Beck, eds. (1984) *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies: Realignment or Dealignment?*, Princeton, NJ:Princeton University Press.
- Dalton, Russell & Kuechler, M. (1990) *Challenging the Political Order — New Social and Political Movements in Western Democracies*, Cambridge, Polity Press.
- Eder, Klaus (1993) *The new Politics of Class — Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, London, Sage.
- Eyerman, Ron & Jamison, Andrew (1991) *Social Movements — A Cognitive Approach*, Cambridge, Polity Press.
- Featherstone, Mike (1992) "Postmodernism and the aestheticization of everyday life" in Lash, Scott & Friedman, J., *Modernity and Identity*, Oxford, Blackwell.

- Gurney, Joan & Tierney, Kathleen (1982) "Relative Deprivation and Social Movements : a Critical Look at Twenty Years of Theory and Research", *Sociological Quartely*, 23 (pp.33-47).
- Gurr, Ted (1970) *Why Man Rebel* , Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Habermas, Jürgen (1987) *The Theory of the Communicative Action*, vol. 2, Cambridge, Polity Press.
- Inglehart, Ronald (1990) "Values, Ideology and Cognitive Mobilization in New Social Movements", in Dalton, R. & Kuechler, M. *Challenging the Political Order – New Social and Political Movements in Western Democracies*, Cambridge, Polity Press.
- Melucci, Alberto (1985) "The simbolic challenge of contemporary movements", *Social Research*, vol. 52, nº 4 (pp 789-816).
- Offe, Claus (1985) "New Social Movements: challenging the boundaries of institutional politics", *Social Research*, vol 52, nº 4 (pp 817-868).
- Olson, Mancur (1965) *The Logic of Collective Action*, Cambridge, Harvard University Press.
- Santos, Boaventura de Sousa (1990) *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1991) "Subjectividade, Cidadania e Emancipação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32 (pp.135-191).
- Smelser, Neil J. (1962) *Theory of Collective Behavior*, New York, Free Press.
- Tilly, Charles, Tilly, Louise & Tilly, Richard (1975) *The Rebellious Century: 1830-1939*, Cambridge, Harvard University Press.
- Touraine, Alain (1981) *The Voice and the Eye: An Analysis of Social Movements*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Touraine, Alain (1983) *Anti-Nuclear Protest*, Cambridge, Cambridge University Press.